

**Local: Auditório do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia 03 e 04 de novembro**  
**Realização: Corregedoria do Interior do TJBA, Universidade Corporativa do TJBA e Faculdade Baiana de Direito e Gestão**

<b>Programação</b>	
<b>03.11.2022</b>	
<b>9h30</b>	<b>Mesa de Abertura:</b> Participação do Presidente do TJBA, Corregedor das Comarcas do Interior e Desembargadores convidados
<b>10h às 10h40</b>	<b>Conferência de abertura Jornada de Direito Processual e Registral: Aspectos práticos relevantes</b>
	<b>Dr. Fredie Didier Jr.</b> Livre-docente/USP. Diretor Geral da Faculdade Baiana de Direito. Professor Titular da Faculdade de Direito da UFBA. Advogado e consultor jurídico.
	Intervalo
<b>11h às 12h</b>	<b>Prova do Mundo Digital no Direito Processual: do “Print” à Ata Notarial e Tecnologia Blockchain</b>
	<b>Dr. Diogo Guanabara</b> Mestre em Direito pela Universidade de Coimbra. Coordenador da Pós Graduação em Direito Digital da Faculdade Baiana de Direito. Advogado e Data Protection Officer da Petrobahia S/A
	<b>Dr. Guilherme Caselli (SP) –</b> Pós-Graduado no MBA em TI - Transformação Digital da Poli-USP. Especialista em Direito Digital pela Universidade de Coimbra-PT. Professor Internacional de Direito Digital e Investigação Digital pela Child Rescue Coalition, EUA. Professor Concursado da ACADEPOL/SP Professor de Coleta de Prova Digital no Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Professor de Direito Digital e Investigação Digital na Faculdade Baiana de Direito. Delegado de Polícia do Estado de São Paulo - DOPE (Departamento de Operações Policiais Estratégicas). Perito no Tribunal Regional do Trabalho - 1ª Região.
	Intervalo para almoço
<b>14 às 14h50</b>	<b>Medidas extrajudiciais com ênfase na desjudicialização (Provimento CGJ/CCI n.22/2019 CCI)</b>
	<b>Dr. Cristiano Cassetari</b> Pós Doutor em Direito Civil pela USP. Coordenador da Escola Nacional dos Notários e Registradores da ANOREG Brasil. Vice Presidente da ARPEN/BA. Titular do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Nazaré em Salvador/BA
	<b>Dra. Carolina Ranzolin Nerbass</b> Juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça. Atuou como juíza auxiliar da Presidência do TJSJ durante quatro anos, de 2018 até 2021, bem como juíza auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, desde janeiro de 2022.
	<b>Debatedor : Dr. Daniel de Oliveira Sampaio –</b> Presidente da ARPEN. Especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera - Uniderp; Delegatário de Serventia Extrajudicial e Titular do Registro Civil de Pessoas Naturais da Sede da Comarca de Senhor do Bonfim/BA.



JORNADA DE DIREITO  
PROCESSUAL E REGISTRAL

14h50 às 15h50	<b>Demandas predatórias e fraudulentas: ações possíveis para sua prevenção, notas técnicas e enunciados emitidos</b>
	<b>Dr. Luiz Salomão Viana</b> Juiz Federal Seção Judiciária da Bahia. Autor, juntamente com Pablo Stolze Gagliano, da obra Manual da Sentença Cível, publicada pela Editora Saraiva. Professor de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia; do Brasil Jurídico - Ensino de Alta Performance; e da Escola de Magistrados da Bahia. Conferencista e palestrante. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal da Bahia. Condecorado com a Medalha Mérito Legislativo, pela Câmara dos Deputados (Plenário Ulysses Guimarães)
	<b>Dra. Ana Conceição Barbuda Sanches Guimarães Ferreira</b> Juíza do TJBA. Pós-doutora em direito pela UFBA, Doutora em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia, Mestra em Novos Direitos pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador. Pós-graduada em Civil e Processo Civil da Faculdade Baiana de Direito. Pós-graduada em Relações Familiares e Contextos Sociais pela UCSAL. Pós-graduada em Direito Canônico pela UCSal e Pós-graduada em Atividade Judicante pela UFBA. Pós-graduada em Atividade notarial e registral. Desenvolve Atividade de Docência na Escola Nacional de Magistrados (ENFAM) como Formadora e na Escola de Magistrados da Bahia (EMAB) e Unicorp. Coordenadora do Núcleo de Gestão de Demandas de Massa (NUGEDM) do TJBA. Integrante da Comissão de 1 grau de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia (na qualidade de presidente). Membro do Centro de Inteligência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (CIJEBA)
	<b>Intervalo</b>
16:10 às 17h	<b>O projeto IERI (Inventário Estatístico de Registro de Imóveis), a segurança jurídica e a REURB como instrumento da prevenção da judicialização</b>
	<b>Dra. Lucélia Pitombeira Barreto</b> Registradora de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Santa Rita de Cássia/BA, Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique - UPT e Centro de Estudos Constitucionais e Gestão Pública - CECGEP; Aluna Especial do Doutorado em Direito - Empreendimentos Econômicos Desenvolvimento e Mudança Social - da Universidade de Marília- UNIMAR. Participou do Projeto piloto do IERI pelo LIODS do CNJ.
	<b>Dr. Yuri Daibert Salomão De Campos</b> Mestre em Direito Processual pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Atualmente é Oficial de Registro de Imóveis, Hipotecas, Títulos e documentos e civil de Pessoas Jurídicas de Riachão das Neves-BA, estando em execução do IERI no projeto de ampliação pela CCI. Participou do Projeto piloto do IERI pelo LIODS do CNJ.
	<b>Dr. Ermiro Neto</b> Advogado. Doutor em Direito Civil (USP). Professor da Faculdade Baiana de Direito. Mestre em Direito (PPGD/UFBA). Professor de Direito Civil e de Direito Imobiliário da Faculdade Baiana de Direito (graduação e pós-graduação). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil), do Instituto de Direito Privado (IDP), do Instituto Brasileiro de Direito Imobiliário (IBRADIM) e do Instituto Baiano de Direito Imobiliário (IBDI).
17h às 18h00	<b>REURB e sua implementação prática</b>
	<b>Dr. Sílvio Figueiredo</b> Diretor do Departamento de Assuntos Fundiários Urbanos, na Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos do Ministério das Cidades. Arquiteto pela Universidade Mogi das Cruzes (1978) e especialista em Planejamento Urbano pela



JORNADA DE DIREITO  
PROCESSUAL E REGISTRAL

<p>Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP (1979). Foi assessor, na Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo, do secretário e secretário executivo do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais (GRAPROHAB) e do Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais "Cidade Legal"</p>
<p><b><i>Dr. Greg Valadares Guimarães Barreto</i></b></p>
<p>Registrador de Luis Eduardo Magalhães, membro da Comissão de Regularização Fundiária da CCI, membro do Núcleo de Regularização e conflitos Fundiários do TJBA, indicado pela ARIBA</p>
<p><b><i>Dra. Renata Rocha</i></b></p>
<p>Registadora de Imóveis do Cartório de Registro de Entre Rios/BA. Pós-graduada em Direito Notarial e Registral - Juspodivm Salvador-Bahia. Pós-graduada em Direito Civil - Juspodivm Salvador-Bahia. Mestranda em Direito, Governança e Políticas Públicas. Mestranda em Direito, Governança e Políticas Públicas pela UNIFACS.</p>

<b>04/11/2022</b>	
<b>9h às 10h</b>	<b>Políticas públicas da infância e juventude, estrutura das unidades judiciais e diretrizes estratégicas para efetivação da proteção integral</b>
	<b>Des. Salomão Resedá</b>
	Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Coordenador Geral da Infância e da Juventude do TJBA. Doutor em Direito Público, com ênfase em Processo Civil, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Direito Privado, com ênfase em Direito Civil, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA).
	<b>Dra. Mariana Tourinho Rosa</b>
	Defensora Pública do Estado da Bahia, titular da 5ª unidade especializada de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Foi subcoordenadora da Defensoria Pública Especializada de defesa dos direitos da criança e do adolescente/dedica. Especialista em direito público pela Universidade Jorge Amado. Ex professora das disciplinas direito da criança e do adolescente, teoria dos direitos humanos e direito constitucional junto a faculdade de direito da universalidade Católica do Salvador. Pós graduanda em psicologia positiva pela PUC/RS.
<b>10h às 11h</b>	<b>LGPD: novas regras e desafios para sua implementação nas esferas judicial e extrajudicial</b>
	<b>Des. José Aras Neto</b>
	Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Vice Diretor da Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (UNICORP-TJBA). Pós-graduado em Direito Público pelas Faculdades Integradas Unyhana (2012). Graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1998). Diretor Pedagógico do Centro de Estudos Jurídicos Aras. Professor de Direito Administrativo. Palestrante. Vice-Diretor da UNICORP
	<b>Dra. Maria Clara Seixas</b>
	Pós-Graduada em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV Law). Especialista Executiva em Fusões e Aquisições pelo Ensino Superior em Negócios, Direito e Engenharia (INSPER). Embaixadora e ex. Coordinating Ambassador do One Young World America Latina (OYW). Professora de Compliance, Riscos e Governança. Professora da Pós-Graduação da Faculdade Baiana de Direito. Coordenadora e Professora do Curso de Extensão de Proteção de Dados e Privacidade da Faculdade Baiana de Direito. Membro da Comissão de Compliance do IBDEE e da Compliance Women Committee na Bahia. Advogada e Sócia do Susart Studart Seixas Advogados.
<b>11h às 12h</b>	<b>O Poder Judiciário como instrumento de efetivação da pluralidade identitária contemporânea (alteração de nome e gênero, julgamento com perspectiva de gênero, multiparentalidade, etc)</b>
	<b>Dr. Pablo Stolze</b>
	Juiz do Tribunal de Justiça da Bahia. Mestre em Direito PUC/SP. Professor da Universidade Federal da Bahia. Pós-graduado em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. É autor e co-autor de várias obras jurídicas, incluindo o Manual de Direito Civil, o Novo Curso de Direito Civil, O Contrato de Doação e o Manual da Sentença Cível (Saraiva). Atuou como Relator de Comissão na IX Jornada de Direito Civil (STJ/CJF). Membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia, do Instituto Brasileiro de Direito Contratual e da Academia Brasileira de Direito Civil.

	<b><i>Dra. Bianca Figueira</i></b>
	Advogada Civilista atuante nas áreas do Direito de Família, Cível e Consumidor, Direitos Humanos, Direitos da Diversidade Sexual e de Gênero e Direito Militar; Autora do livro "Deixadas para Trás: Histórias de Resiliência e Luta por Justiça das Militares Transexuais das Forças Armadas Brasileiras; Doutoranda e Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF); Oficial Superior na patente de Capitão-de-Corveta (Reformada) do Corpo da Armada da Marinha do Brasil; Palestrante na área da Diversidade Sexual, com ênfase no tema Transexualidade e Direitos, Direitos Humanos e Direito Militar; Especialista em Direito Homoafetivo e de Gênero (UNISANTA, 2021); Especialista em Direito Civil e Direito Processual Civil (UNESA Niterói, 2017-2018)